



CONTRIBUIÇÕES DE ANTONIO GRAMSCI PARA PENSAR A GESTÃO DEMOCRÁTICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Gessica Lucif¹

INTRODUÇÃO

A gestão democrática na educação pública brasileira constitui um dos pilares fundamentais para a efetivação de uma escola de qualidade. No âmbito da Educação Infantil, essa perspectiva de gestão ainda enfrenta desafios, especialmente em razão de concepções tradicionais de infância que desconsideram as crianças como sujeitos políticos e capazes de participação ativa.

A partir dessa problemática, o presente estudo busca discutir as contribuições do pensamento de Antonio Gramsci para a compreensão e para a prática da gestão democrática na Educação Infantil. Considera-se que o referencial gramsciano, ao evidenciar a importância das relações sociais, da cultura e da formação de uma consciência crítica, oferece subsídios teóricos para repensar o papel da escola, da equipe gestora, dos professores, das famílias e das próprias crianças como sujeitos históricos na construção de um ambiente educativo democrático.

DISCUSSÕES

A compreensão da educação a partir do pensamento de Antonio Gramsci implica reconhecer a escola como um espaço estratégico na disputa pela hegemonia cultural. Para o autor, a sociedade é marcada por relações de força entre grupos sociais, nas quais uma hegemonia já se encontra estabelecida, sustentada por valores, por concepções e por práticas que tendem a se

¹ Doutoranda em Educação no Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa (PPGE- UEPG). Ponta Grossa, PR. gessicalucif@gmail.com.



naturalizar. No entanto, Gramsci (1999) defende a necessidade de construção de uma outra hegemonia, orientada pela formação de sujeitos críticos e pela transformação social.

Nesse contexto, a instituição escolar ocupa um papel central, especialmente por meio daquilo que o teórico denomina de escola unitária, conceito apresentado no Caderno 12 dos Cadernos do Cárcere. Essa perspectiva educacional propõe uma formação integral que articula o trabalho manual e o intelectual, superando a fragmentação do conhecimento e contribuindo para a elaboração de uma nova cultura. Trata-se, portanto, de um espaço de formação humana ampla, capaz de promover mudanças culturais profundas e de sustentar a construção de uma nova hegemonia (Gramsci, 1999).

Em convergência com essa ótica emancipatória, a gestão democrática constitui um dos pilares da educação pública brasileira, consolidada legalmente a partir da Constituição Federal de 1988, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) e do Plano Nacional de Educação (PNE 2014–2024). Tais documentos orientam que a administração escolar deve assegurar a participação de toda a comunidade – incluindo professores, funcionários, famílias e estudantes – nos processos decisórios da instituição.

No entanto, no âmbito da Educação Infantil, ainda existem dificuldades para a efetivação dessa proposta, especialmente no que se refere à participação das crianças. Embora a gestão democrática esteja prevista nas normativas educacionais, a sua concretização enfrenta obstáculos, entre os quais se destacam a centralização das decisões nas figuras adultas e a ausência de regulamentações mais específicas sobre a inserção infantil nesses processos (Lucif, 2024).

Para buscar a superação de tais barreiras, a formação da consciência crítica desde os primeiros anos de vida constitui uma possibilidade concreta de materialização do projeto educativo emancipador defendido por Gramsci. Para o autor, a educação consiste sempre em uma prática política e cultural, vinculada a projetos históricos em disputa. Nesse sentido, o ato de educar não se restringe apenas a transmitir conteúdos, mas envolve formar sujeitos capazes de

compreender e de transformar a realidade social.

Essa consciência crítica não emerge de forma espontânea, pois resulta de um processo de mediação cultural que possibilita ao sujeito ultrapassar o senso comum. Diante disso, destaca-se o papel dos intelectuais orgânicos, os quais, segundo Gramsci, estão vinculados a um grupo social e são responsáveis por elaborar, organizar e difundir concepções de mundo que orientam as práticas sociais e políticas. No contexto educacional, os profissionais assumem esse papel ao contribuírem para a formação de uma nova consciência coletiva.

Por conseguinte, formar tal percepção desde a infância exige a superação de concepções reducionistas que tratam a criança como um sujeito passivo. Ao contrário, a prática pedagógica deve reconhecê-la como protagonista do seu próprio processo educativo. A participação infantil em espaços de decisão, ainda que mediada pelas especificidades dessa faixa etária, constitui um elemento fundamental para o desenvolvimento da autonomia intelectual e moral.

Ao se discutir a formação humana sob a perspectiva gramsciana, evidencia-se que ela não se limita ao acúmulo de conhecimentos, mas envolve, substancialmente, a construção de uma nova concepção de mundo. Gramsci (1982) enfatiza o caráter formativo e humanista da educação ao articular cultura e experiência. Assim, na Educação Infantil, práticas como assembleias, momentos de escuta e negociação de regras configuram-se como espaços privilegiados para o exercício contínuo da participação e da formação crítica.

A gestão democrática, nesse sentido, constitui um eixo estruturante desse processo formativo. Ao viabilizar o envolvimento efetivo das crianças, rompe-se com dinâmicas autoritárias e abre-se espaço para a consolidação de novas formas de sociabilidade. Conforme apontam Sarmiento, Soares e Tomás (2007, p. 197), reconhecer a criança como um sujeito ativo implica assumir a participação como um direito e como um princípio orientador da ação educativa.

Assim, a criação de espaços de fala e de escuta na Educação Infantil contribui para a ruptura com modelos que reproduzem a hegemonia dominante, o que possibilita a elaboração de novos sentidos e de práticas sociais. Como afirma Gadotti (2000), a educação consiste em uma prática social e política,



razão pela qual não é possível concebê-la como neutra.

Por fim, a gestão democrática deve ser compreendida não apenas como um modelo administrativo, mas como uma ação social comprometida com a edificação de uma nova hegemonia. Nesse processo, a escola assume um papel fundamental na formação de sujeitos críticos, e os educadores atuam como intelectuais orgânicos em prol de uma sociedade mais justa e democrática.

CONSIDERAÇÕES

Ao articular o pensamento gramsciano à gestão democrática na Educação Infantil, reconhece-se que a formação da consciência crítica se inicia na infância, fase em que a criança passa a compreender a realidade social como algo histórico e, portanto, passível de transformação. Tal percepção só se desenvolve em contextos nos quais a escuta, a participação e o diálogo figuram como princípios orientadores da prática pedagógica.

Como observa Gramsci, a educação consiste em parte integrante do bloco histórico, o que contribui para a constituição de uma nova hegemonia. Nesse horizonte, a gestão democrática não se configura apenas como um instrumento administrativo, mas como um espaço privilegiado de construção de sentidos e de formação humana integral (Gramsci, 2000).

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

GADOTTI, Moacir. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. v. 1.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.



LUCIF, Gessica. **Concepções sobre as práticas de gestão democrática em Centros Municipais de Educação Infantil do município de Carambeí.** 2024. 111 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2024.

SARMENTO, Manuel; SOARES, Natália Fernandes; TOMÁS, Catarina. Políticas públicas e participação infantil. **Revista Educação, Sociedade e Cultura**, Porto, n. 25, p. 183-206, 2007.